



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PARECER

Vem para análise e parecer desta Comissão, o Projeto de Lei nº 87/2025, de autoria do Vereador Sidnei Prestes, que “Institui o Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA – no Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências”.

A Matéria visa instituir em âmbito municipal, estatuto específico para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista para proteção dos direitos das pessoas com deficiência, conforme preconiza a Constituição Federal e legislação infraconstitucional, visando assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com TEA.

A Proposta foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

[...]

Veja que a legislação federal já dispõe acerca do dever do Estado de assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania, conforme disciplina a Lei Federal nº 13.146/2025 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em consonância, também é o que dispõe a Lei Estadual nº 18.419/2025, a qual estabeleceu o "Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná".

Além disso, destaca-se que se encontra em vigor a Lei Nacional nº 12.764/2012, que disciplina acerca da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, possuindo relevância direta com o tema ora debatido.

A iniciativa parlamentar, por sua vez, encontra respaldo no art. 11, I, "a", da LOM, que define que cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que diz respeito à



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

saúde, assistência pública, proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

[...] tendo em vista que o presente PL visa promover a garantia dos direitos fundamentais das pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista no âmbito municipal, por meio da instituição de Estatuto específico que discipline acerca dos direitos deste grupo, o que evidentemente complementa as legislações federais e estaduais atualmente já vigentes, entendo que restou devidamente observada no projeto em exame a regra pertinente à competência enumerada na Constituição da República, demonstrando-se legítima a iniciativa municipal.

Além disso, o art. 44 da mesma norma legal, estabelece que "a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta na LOM".

Note-se que a proposta não se reveste de conteúdo cuja competência a Constituição da República tenha reservado privativamente ao Executivo, nos moldes do art. 61, §1º, inciso II, e art. 84, inciso VI, "a", da Constituição Federal, tampouco viola as disposições do art. 45 e incisos da Lei Orgânica. Assim, não que se cogitar eventual ofensa ao princípio constitucional da separação dos poderes.

Portanto, a iniciativa parlamentar, no que tange à proposta em questão, encontra respaldo na Constituição Federal e na legislação local, vislumbrando-se legítima a iniciativa do nobre Vereador para legislar sobre a respectiva matéria. Ante o exposto, sem adentrar no mérito, não vislumbro vícios de legitimidade, constitucionalidade, legalidade ou iniciativa no presente projeto, razão pela qual não há impedimentos à sua tramitação.

Por fim, vale ressaltar que as medidas propostas no projeto, da forma como restam discriminadas, não acarretarão em eventuais despesas ao erário, vez que



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

o PL se limita a estabelecer princípios e diretrizes voltadas à inclusão.

Ante o exposto, sem adentrar no mérito, não vislumbro vícios de legitimidade, constitucionalidade, legalidade ou iniciativa no presente projeto, razão pela qual não há impedimentos à sua tramitação.

[...]

Isto posto, OPINO que o Projeto de Lei nº 87/2025 possui condições de tramitação neste organismo legislativo, com esteio nos arts. 23, II e 30, II, da CRFB/88, bem como nos arts. 4º, II, e 11, I, "a", 44 da LOM, podendo ser submetido a análise das comissões permanentes e eventualmente ao voto político.

Assim, após a devida análise da Matéria e diante do parecer jurídico apresentado, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 87/2025.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2025.

**Soldado Fruet**  
**Presidente/Relator**

Sidnei Prestes  
Vice-Presidente

Beni Rodrigues  
Membro

/JCB  
/DV



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AB4B-F208-E220-3A1B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS ADRIANO FERREIRA FRUET (CPF 985.XXX.XXX-91) em 12/06/2025 11:48:27 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SIDNEI SILVA PRESTES JUNIOR (CPF 005.XXX.XXX-09) em 12/06/2025 14:01:54 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BENI RODRIGUES PINTO (CPF 751.XXX.XXX-72) em 13/06/2025 10:43:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fozdoiguacu.1doc.com.br/verificacao/AB4B-F208-E220-3A1B>